



ESTADO DE ALAGOAS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

---

## NOTA PÚBLICA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município vem, por meio deste, esclarecer à população, e, em especial aos servidores públicos municipais de Campo Alegre o que se segue:

No decorrer do presente mês, em virtude da data base estabelecida pelos Planos de Cargos e Carreira que estabelece o mês de Maio para revisão dos vencimentos dos servidores públicos municipais, algumas categorias vêm indagando à administração municipal acerca da possibilidade de concessão de reajuste de seus vencimentos.

Primeiramente, faz-se importante ressaltar que o estabelecimento da data base pelos Planos de Cargos não possui o condão de obrigar a administração a conceder aumento salarial, mas apenas estabelece o período em que representantes das categorias de servidores apresentam suas propostas a serem analisadas pelo Município de acordo com a realidade financeira vigente e, caso haja possibilidade, seja instituído o reajuste.

Pois bem.

Com relação à data-base deste ano de 2015 foi determinado que o setor financeiro apresentasse um relatório estatístico/financeiro das contas municipais a fim de estabelecer um parâmetro de receita disponível para eventual reajuste, levando em consideração principalmente as receitas próprias do Município decorrentes do FPM e ICMS, responsável pela remuneração dos servidores da Administração e Saúde, já que a Educação possui receita vinculada e piso estabelecido pelo Governo Federal.

De acordo com os números apresentados pelo relatório, restou demonstrado que o Município de Campo Alegre não possui condições financeiras de conceder qualquer tipo de reajuste aos servidores pagos por suas verbas próprias (FPM e ICMS) seja pela queda proporcional destas receitas no último ano, seja pelo limite de gasto com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, seja pelo expressivo aumento nos valores de insumos e serviços ocorridos no Brasil desde o final do ano passado.

Segundo as informações da contabilidade, o Município de Campo Alegre atingiu o limite de seu gasto com pessoal, que atualmente está em **52,50%**, sem contabilizar o aumento do salário mínimo para este ano de 2015.



ESTADO DE ALAGOAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Tal percentual de gastos com pessoal tende a estreitar com o aumento das despesas correntes do Município programadas entre o meses de junho e dezembro do presente ano com a inauguração, em benefício da comunidade, de 6 (seis) quadras esportivas e 5 (cinco) postos de saúde, já que será necessária a contratação de novos servidores.

Somado à limitação da Lei de Responsabilidade Fiscal o Município ainda está arcando com o aumento das tarifas de energia, que tiveram aumento médio de **23,4% (vinte e três vírgula quatro por cento)**, e combustível, que teve aumento médio de **10% (dez por cento)**, que apenas em Campo Alegre ocasionaram uma despesa extra média de R\$ 30 a 36 mil mensais.

Extrapolar a Lei de Responsabilidade Fiscal gera inúmeros prejuízos à toda a população, já que o Município fica impossibilitado de firmar convênios de suma importância com o Governo Federal, como no ano de 2013 quando o índice de gasto com pessoal fechou o ano em 63% (não muito diferente de 2012 que estava em 62%), oportunidade em que perdemos 2 financiamentos de frota própria de carros compactadores de lixo pelo BNDES e um financiamento de R\$ 3 milhões para pavimentação de ruas a um custo mínimo e com pagamento em 20 anos que seriam de suma importância para a população.

Devemos destacar a regularização do índice de gasto com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal como um avanço na administração pública de Campo Alegre, pois só foi possível devido ao incremento de receita no FUNDEB devido ao investimento e novas matrículas em 5 creches e 2 novas escolas garantindo a população a otimização dos serviços e consequentemente a melhoria da qualidade de vida.

Da mesma maneira que o aumento nas despesas gerais do Município elevam o índice do gasto com pessoal, o principal fator de estagnação são as constantes quedas de receita nas principais verbas recebidas pelo Município, como FPM e ICMS, conforme se pode perceber pelas tabelas a seguir:

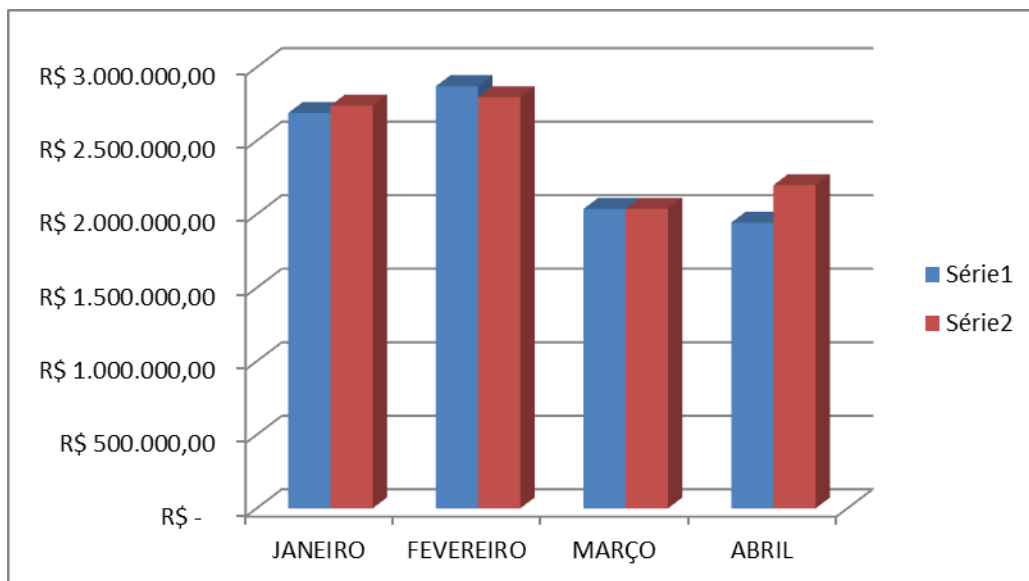
ESTUDO FPM				
	2014	2015	Diferença \$	%
JANEIRO	R\$ 2.689.256,46	R\$ 2.740.194,38	R\$ 50.937,92	1,87%
FEVEREIRO	R\$ 2.871.732,59	R\$ 2.797.207,60	-R\$ 74.524,99	-2,59%
MARÇO	R\$ 2.037.354,87	R\$ 2.037.354,89	R\$ 0,02	0%
ABRIL	R\$ 1.944.255,70	R\$ 2.198.845,76	R\$ 254.590,06	13,09%
MAIO	R\$ 2.590.959,77			
JUNHO	R\$ 1.943.052,49			
JULHO	R\$ 1.668.836,33			
AGOSTO	R\$ 2.027.352,12			



ESTADO DE ALAGOAS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SETEMBRO	R\$ 1.777.143,70		
OUTUBRO	R\$ 1.679.583,82		
NOVEMBRO	R\$ 2.223.143,47		
DEZEMBRO	R\$ 3.575.718,12		
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 27.028.389,44</b>	<b>R\$ 9.773.602,63</b>	



ESTUDO ICMS				
	2014	2015	Diferença \$	%
JANEIRO	R\$ 697.291,83	R\$ 677.848,15	-R\$ 19.443,68	-2,79%
FEVEREIRO	R\$ 828.913,00	R\$ 750.224,15	-R\$ 78.688,85	-9,50%
MARÇO	R\$ 962.712,15	R\$ 840.144,73	-R\$ 122.567,42	-12,73%
ABRIL	R\$ 651.528,25	R\$ 574.091,41	-R\$ 77.436,84	-11,90%
MAIO	R\$ 830.634,48			
JUNHO	R\$ 909.338,00			
JULHO	R\$ 620.710,57			
AGOSTO	R\$ 760.319,25			
SETEMBRO	R\$ 987.665,54			
OUTUBRO	R\$ 698.762,13			
NOVEMBRO	R\$ 841.672,52			
DEZEMBRO	R\$ 1.045.698,75			
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 9.835.246,47</b>	<b>R\$ 2.842.308,44</b>		



ESTADO DE ALAGOAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Como se pode observar, o pequeno aumento de FPM apenas no mês de Abril não cobre as perdas das quedas de ICMS de 2015, e a tendência nacional é de mais quedas nos repasses diante do cenário de recessão por que o país está vivendo em 2015, já que a arrecadação de impostos é totalmente vinculada ao cálculo dos repasses constitucionais.

Observemos o que o Município de Campo Alegre deixou de receber em repasses apenas com a desoneração de impostos praticada pelo Governo Federal entre 2008 e 2014 de acordo com dados do TCU:

### Campo Alegre - AL

<b>2008</b>	R\$ 4.247.659,12
<b>2009</b>	R\$ 4.070.377,61
<b>2010</b>	R\$ 4.823.179,30
<b>2011</b>	R\$ 5.289.350,64
<b>2012</b>	R\$ 6.452.414,52
<b>2013</b>	R\$ 7.235.157,90
<b>2014</b>	R\$ 7.804.609,53

Vale ressaltar que a verba da educação é recurso vinculado, porém **os recursos do ICMS, FPM, Saúde e Assistência não tiveram qualquer reajuste neste ano de 2015**, pelo contrário, a expectativa de receita é extremamente pessimista devido à recessão econômica por que o país vem passando.

Os expressivos investimentos na educação desde 2013 geraram um aumento de receita do FUNDEB que oportunizaram a concessão de aumento para os servidores, como aquele concedido este ano de 2015.

Segue o crescimento do FUNDEB – verba destinada para manutenção Educação:

2015	R\$ 29.026.185,02
2014	R\$ 25.002.882,20
2013	R\$ 20.351.605,58



**ESTADO DE ALAGOAS**

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**

---

Porém, na área da saúde a situação é inversa, a cada ano o Governo Federal diminui os repasses e programas voltados à saúde, além de diminuir os repasses das verbas que custeiam este setor, e, ao contrário da educação, quanto mais se investe na expansão do sistema de atendimento de saúde à população maiores são os gastos do Município com sua manutenção e custeio, sem qualquer retorno ou contrapartida do Governo Federal.

Infelizmente a tendência do balanço final de receitas do Município de Campo para este ano de 2015 é de diminuição em relação ao ano de 2014, enquanto que as despesas aumentaram substancialmente em decorrência dos motivos citados, sendo que todos estes dados podem ser acessados nos portais eletrônicos do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, responsáveis pelos repasses.

Não o bastante todos os dados apresentados, devemos ressaltar as ações perpetradas pelo Município que tem impacto direto na prestação dos serviços à população e aumentam substancialmente as despesas da edilidade.

Como exemplo, o Governo Federal vem reiteradamente atrasando os repasses de diversos programas federais, e, ao contrário de outros Municípios de Alagoas, Campo Alegre vem, a muito custo, mantendo com verbas próprias diversos destes programas, sempre com o intuito de manter um serviço de qualidade à população.

Nesta mesmo contexto, até a presente data o Município não recebeu nenhum recurso para manutenção da Academia de Saúde e da Unidade de Acolhimento Infante Juvenil, tudo vem sendo mantido com recursos próprios.

Na área da saúde viemos aumentando substancialmente os investimento desde de 2013, proporcionando um aumento de todos os índices e indicativos do Município, melhoras estas que são de conhecimento de todos os munícipes e que foi financiado em grande parte de receita própria, já que os repasses federais nem de longe cobrem os gastos na área.

<b>SIOPS</b>	
<b>2011</b>	16%
<b>2012</b>	16%
<b>2013</b>	19%
<b>2014</b>	18%

Ora, o Município de Campo Alegre é um dos poucos que possui Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para todos os servidores públicos municipais (Administração, Saúde e Educação),



**ESTADO DE ALAGOAS**

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**

---

o que por si só já garante progressões de nível e classe (tempo de serviço) independente de reajuste, e que também oneram a folha de pagamento.

Além disso, foi feito grande investimento na implantação das equipes do PMAQ, já que em anos anteriores Campo Alegre não estava inscrito, e tal ação vem começando a gerar resultados, na medida em que, mesmo com atrasos do Governo Federal, as equipes aprovadas começam a receber as verbas do programa.

Por fim, entre os custos suportados pelo Município de Campo Alegre deve ser levado em consideração o custo do transporte disponibilizado pela administração aos servidores que residem em Maceió, e que diariamente faz o trajeto de ida e volta á Campo Alegre sem qualquer custo aos usuários.

Diante da crise econômica e cortes nos repasses das verbas diversos Municípios não disponibilizam mais esse tipo de transporte, que não é obrigatório, de forma que, eventuais ajustes no orçamento inevitavelmente resultarão em corte de serviços não essenciais como o transporte dos funcionários residentes em outros Municípios.

Nesse sentido, e diante de todos os dados apresentados, principalmente pela queda e estagnação de receita e aumento das despesas, assim como pela limitação do gasto de pessoal definido na LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, não há, na atual conjuntura econômica por que passa o Município de Campo Alegre e o país como um todo, possibilidade de concessão de reajuste salarial.

A mudança desta realidade é uma luta constante da atual administração, que em conjunto com outros Prefeitos do Brasil vem reivindicando junto ao Governo Federal o aumento dos repasses aos Municípios que são os grandes responsáveis pela prestação dos serviços mais essenciais à população, o que engloba a valorização dos servidores.

Campo Alegre, 25 de Maio de 2015

**PAULINE DE FÁTIMA PEREIRA ALBUQUERQUE**

Prefeita